



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 5017304-61.2013.4.04.7100/RS

RELATOR : LEANDRO PAULSEN
APELANTE : JOSE ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS
ADVOGADO : PAULO OLIMPIO GOMES DE SOUZA
: LEONEL ANNES KEUNECKE
: FELIPE DREYER DE AVILA POZZEBON
: MICHELE DE ÁVILA RIVAROLLY LIMA
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
APELANTE : JOAO QUIRINO MEDEIROS GONCALVES
ADVOGADO : JOAO OLIMPIO DE SOUZA FILHO
: EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA
: FABIO MAFFESSONI KURY
APELANTE : SILVANE DALA SANTA
PROCURADOR : FABRÍCIO VON MENGDEN CAMPEZATTO (DPU) DPU074
APELADO : OS MESMOS

RELATÓRIO

O Senhor Desembargador Leandro Paulsen: 1. *Denúncia.* O Ministério Público Federal denunciou SILVANE DALA SANTA, JOÃO QUIRINO DE MEDEIROS e JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS pela prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, notadamente aqueles tipificados pelos arts. 4º (gestão fraudulenta) e 5º (apropriação indébita) da Lei 7.492/86. Essa ação criminal deriva da denominada "Operação Ouro Verde", a qual desbaratou organização criminosa dedicada à realização de crimes de evasão de divisas praticados através do método conhecido por "dólar-cabo".

Segundo a acusação, JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS foi acionista majoritário e Diretor-Presidente da instituição financeira oficial PORTOCRED S.A., todavia, paralelamente, mantinha agência de turismo de fachada denominada TOUR EXPORT que, em verdade, cometia sistemáticos crimes de evasão de divisas através do mercado de "câmbio negro" de divisas. Com o fito de capitalizar a instituição de câmbio clandestina, JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS teria planejado e comandado as ações voltadas à transferência oculta de recursos da PORTOCRED S.A. para a TOUR EXPORT. Para tanto, JOSÉ ALEXANDRE teria contado com o auxílio de JOÃO QUIRINO (executor das ordens exaradas) e SILVANA DALA SANTA (gerente da PORTOCRED na cidade de Caxias do Sul/RS apta a operacionalizar a fraude).

Em apertada síntese, afirma-se o desvio de R\$ 3.477.849,69 (três milhões quatrocentos e setenta e sete mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos) da Portocred para a Tour Export, realizado mediante 148 (cento e quarenta e oito) operações de saques, transferências e pagamentos não autorizados pelos investidores da primeira instituição. Além disso, nos casos em que os resgates foram realizados através de cheques, estes teriam sido endossados 'em branco', contendo, em seu verso, uma assinatura falsificada do suposto cliente sacador. A despeito disso, tais

5017304-61.2013.4.04.7100



LVX©/LVX]

8279661.V009





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

cheques teriam sido pagos pelo banco (agência do Banrisul em Caxias do Sul/RS) porque seus funcionários não teriam verificado a autenticidade das assinaturas.

Com a utilização de diversos expedientes fraudulentos (falsidades documentais, declarações fraudulentas às autoridades fiscalizatórias, emissão de extratos falsos em favor dos clientes, etc.), JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, JOÃO QUIRINO DE MEDEIROS e SILVANE DALA SANTA teriam, sem o conhecimento dos clientes da PORTOCRED S.A., sacado recursos investidos na instituição e os transferido para alimentar o mercado paralelo de câmbio negro operado pela TOUR EXPORT. A prática criminosa descrita teria se desenrolado entre 19/10/2000 e 12/04/2007.

A denúncia foi recebida pelo Juízo *a quo* em 05/04/2013.

2. *Sentença.* Após integral e regular instrução do feito, o Juízo de origem condenou os acusados pela prática, em concurso formal, dos crimes do art. 4º e 5º da Lei 7.492/86.

SILVANE DALA SANTA foi condenada a uma pena privativa de liberdade de 03 anos, 06 meses e 20 dias de reclusão e ao pagamento de 63-dias-multa, à razão de ¼ do salário mínimo vigente por ocasião do término da atividade delitiva, atualizado até a data do efetivo pagamento. A pena corporal restou substituída por duas restritivas de direitos.

JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS foi condenado a uma pena privativa de liberdade de 07 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão e ao pagamento de 352 dias-multa, à razão de 1 salário mínimo vigente por ocasião do término da atividade delitiva, atualizado até a data do efetivo pagamento.

JOÃO QUIRINO MEDEIROS GONÇALVES foi condenado a uma pena privativa de liberdade estabelecida em 05 anos e 04 meses de reclusão e ao pagamento de 211 dias-multa, à razão de ¼ do salário-mínimo vigente por ocasião do término da atividade delitiva, atualizado até a data do efetivo pagamento.

Dois embargos de declaração foram manejados em face do julgado, porém não resultaram em qualquer modificação do *decisum*.

3. *Apelo do Ministério Público Federal (evento 366, na origem).* O primeiro aspecto trabalhado no apelo da acusação diz respeito à dosimetria da pena aplicada em desfavor de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS. Afirma-se que a pena-base, a despeito das vetoriais negativas reconhecidas pelo Juízo *a quo*, restou fixada em valor muito próximo ao mínimo legal. Pugna pela elevação da sanção de modo a aproximá-la do denominado "termo-médio".

Sustenta, paralelamente, que as apropriações indébitas (art. 5º da Lei 7.492/86) foram realizadas em continuidade delitiva, o que torna contraditória a posterior aplicação da regra do concurso formal de crimes pelo magistrado de origem. Segundo o entendimento do recorrente, *a solução é a adoção da regra do concurso material, em vista da multiplicidade de ações e diversidade de delitos.* Alternativamente, caso mantida a aplicabilidade da continuidade delitiva para posterior incidência da regra do concurso formal, a primeira elevação da pena (continuidade delitiva) deveria ocorrer no grau máximo em virtude da prática de quarenta e um desvios de valores.

Avançando para a dosimetria da pena de JOÃO QUIRINO, o Ministério Público Federal pugna pela revisão do julgado para que a culpabilidade do agente seja reputada exacerbada. Segundo a tese acusatória, a experiência do acusado no assessoramento e administração de empresas deve ser levada em consideração para

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279661.V009





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

aferição da intensidade de seu dolo. Assim como o fez para o primeiro réu, o MPF também pugna pela revisão do cálculo quanto ao concurso de crimes e continuidade delitiva.

Por fim, quanto à acusada SILVANE DALA SANTA, o recorrente pugna pela concessão de perdão judicial ou redução da pena no patamar de 2/3, consoante autoriza a Lei 9.807/99. Sustenta que as informações prestadas por SILVANE foram imprescindíveis para a descoberta do esquema criminoso, razão pela qual a redução da sanção a ela aplicada em apenas 1/3 seria medida demasiadamente gravosa.

O recurso ministerial foi devidamente contrarrazoado pelas defesas.

4. *Apelo de SILVANE DALA SANTA (evento 373, na origem).* Preliminarmente, a defesa de SILVANE DALA SANTA sustenta a inconstitucionalidade do art. 4º da Lei 7.492/86, porquanto violador do princípio da legalidade estrita em matéria penal. Afirma-se que a conduta de "gerir fraudulentamente" instituição financeira é demasiadamente vaga e ambígua, o que impossibilita a exata compreensão dos limites do delito em questão.

No mérito, pondera que a filial PORTOCRED de Caxias do Sul não gozava de qualquer autonomia administrativa, razão pela qual SILVANE DALA SANTA não poderia ser considerada "gestora" da instituição para fins de consumação do delito do art. 4º da Lei 7.492/86. Paralelamente, ainda que assim não o fosse, a recorrente não poderia ser considerada gerente por não deter poder de comando sobre as operações financeiras descritas na inicial. Somente os integrantes do alto escalão administrativos da PORTOCRED S.A., sediada em Porto Alegre, é que deteriam legitimidade para responder pelo delito de gestão fraudulenta. Toda a atuação de SILVANE teria se limitado ao cumprimento de ordens não manifestamente ilegais.

Avançando sobre a imputação relativa à apropriação indébita de valores (art. 5º da Lei 7.492/86), a defesa afirma não ter restado comprovado o dolo da acusada em desviar os valores em proveito próprio ou alheio. SILVANE teria sido induzida pelos corréus a acreditar que os investimentos de seus clientes estavam sendo meramente transferidos a uma nova carteira por força de uma exigência do Banco Central do Brasil.

Outra tese levantada pela recorrente diz respeito à aplicabilidade do princípio da consunção entre os crimes de apropriação indébita e gestão fraudulenta previstos na Lei 7.492/86. Afirma-se que a apropriação indébita é crime especial em relação à gestão fraudulenta, cuja prática deveria ser considerada como simples meio necessário à obtenção do resultado final pretendido pelos agentes.

Subsidiariamente, a apelante pugna pela declaração da extinção da pretensão punitiva relacionada ao crime de apropriação indébita. Afirma-se houve transcurso de mais de 04 anos entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia, o que, considerado o montante da pena privativa de liberdade dosada e já transitada em julgado para a acusação, enseja reconhecimento da prescrição.

Em relação à dosimetria da pena, argumenta que o período de tempo da prática criminosa e o número de correntistas prejudicados não constituem circunstâncias delitivas particularmente gravosas, porquanto elementos inerentes ao tipo penal. Ademais, o fato de a instituição financeira arcar com o prejuízo também não configuraria qualquer consequência de maior relevo a ser considerada para fixação da pena-base, porquanto efeito natural da espécie de crime em debate.

Na segunda etapa da dosimetria, segundo entendimento da apelante, deveria ter sido levada em consideração a confissão realizada para fins de atenuação da sanção imposta. Pontua que a redução da pena na terceira etapa do cálculo, por força

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279661.V009





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

das disposições da Lei 9.807/99, não impede a concessão da benesse anterior fundada no art. 65, inciso III, *d*, do Código Penal. Ademais, ainda quanto ao tema, afirma que a relevância das informações prestadas por SILVANE deveria ter redundado na concessão de perdão judicial, ou, alternativamente, redução da sanção no patamar máximo previsto em lei, notadamente 2/3.

O último pedido da ré volta-se à redução do valor estabelecido a título de prestação pecuniária substitutiva da restrição de liberdade. Pontua que sua renda não ultrapassa a casa dos R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, razão pela qual o pagamento de 10 salários mínimos, devidamente atualizados desde a data dos fatos, configuraria medida economicamente desproporcional.

5. Apelo de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS (evento 07).

As seguintes preliminares foram suscitadas pela defesa: (a) violação ao princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal, porquanto FABIANO GOENS e ADRIANA REGINA SCHUNK DE SOUZA não figuram no pólo passivo da demanda; (b) nulidade processual por conta do desconhecimento da defesa acerca dos termos do acordo de delação premiada entabulado com os informantes FABIANO e ADRIANA, assim como com a própria corré SILVANE; (c) ilicitude da prova relativa aos depoimentos prestados por FABIANO e ADRIANA na condição de informantes, porquanto corréus pelos mesmos crimes descritos na inicial acusatória, bem como pelo não conhecimento pela defesa dos termos da delação premiada por eles celebrada com o MPF; (d) inépcia da denúncia por ausência de descrição pormenorizada da suposta conduta delitiva praticada pelo apelante; (e) cerceamento de defesa por conta do indeferimento de perícia grafotécnica sobre os cheques emitidos para fins de levantamento de investimentos de clientes da PORTOCRED; (f) cerceamento de defesa pela não concessão de prazo em dobro para oferecimento de memoriais; (g) inconstitucionalidade do tipo penal descrito no art. 4º da Lei 7.492/86; (h) ilegitimidade passiva do recorrente, porquanto o crime de gestão fraudulenta (art. 4º da Lei 7.492/86) é delito de mão própria; (i) nulidade da sentença por vício de fundamentação decorrente da menção de provas produzidas em outras ações penais, sendo uma, inclusive, extinta por força da prescrição da pretensão punitiva.

Quanto ao mérito, afirma que o conjunto probatório é frágil, pois fundamentalmente baseado em depoimentos contraditórios de corréus. FABIANO GOENS, ADRIANA REGINA e SILVANE DALA SANTA foram autores dos crimes descritos na inicial e, portanto, diretamente interessados na responsabilização penal do apelante. Os depoimentos prestados por tais agentes não gozariam de mínima confiabilidade, especialmente quando confrontados pela palavra do recorrente e do corréu JOÃO QUIRINO.

Especificamente quanto aos desvios de valores supostamente praticados em detrimento de clientes da PORTOCRED, pontua que a versão de SILVANE é fantasiosa. A ré teria sido a única responsável pelas condutas descritas na inicial e, em uma tentativa desesperada de se furtar da responsabilização penal, atribui a origem da ordem ilícita a JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, o qual estava afastado da diretoria da empresa desde abril de 2002. A condenação proferida pelo Juízo *a quo* implicaria responsabilidade penal objetiva a ser imediatamente reformada por esta 8ª Turma.

Com o intuito de demonstrar a inconsistência da versão dada por SILVANE aos fatos, verdadeira e única executora de todos os atos delitivos, pontua que há nos autos o desconto de cheques com assinatura da requerida a partir de 31/05/2001. Não obstante, em seu depoimento a corré afirmou que os desvios de

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279661.V009





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

dinheiro somente começaram a ocorrer em junho de 2002 por ordem de JOÃO QUIRINO e JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS. A inconsistência de datas, de per si, já demonstraria a ausência de suporte probatório para a "delação" formalizada pela acusada.

Ato contínuo, a defesa impugna as alegações de SILVANE no sentido de ter sido "ludibriada" pelos acusados. Pondera que uma gerente experiente como a acusada não teria como acreditar na necessidade de uma suposta "migração" de carteiras de investimento dentro da própria PORTOCRED por exigência do BACEN. Ademais, o procedimento adotado, notadamente a realização de saques sem o conhecimento dos clientes, indicaria de forma clara a existência de ilicitude no ato. A própria transferência de valores por intermédio de carro-forte denotaria o conhecimento de SILVANE acerca da apropriação de valores por terceiros em detrimento da própria PORTOCRED, instituição que até então mantinha a custódia dos valores. Por fim, considerando que os endossos fraudulentos apostos em cheques supostamente destinados aos clientes da PORTOCRED tiveram origem no punho da própria acusada, restaria bastante claro que a fraude foi engendrada por SILVANE sem qualquer conhecimento ou consentimento da instituição financeira, a qual acreditava que os recursos estavam sendo adequadamente vertidos aos seus investidores.

No capítulo subsequente do apelo, a defesa busca demonstrar que os clientes da PORTOCRED tinham plena ciência de que os recursos *sub judice* estavam sendo levantados. Para tanto, menciona o fato de que os informes anuais de rendimento costumeiramente emitidos pela instituição financeira deixaram de o ser assim que as transferências foram realizadas, fato que deveria ter chamado a atenção dos investidores. A ausência de qualquer denúncia às autoridades competentes por parte das supostas vítimas também atentaria contra a verossimilhança de sua condição de agentes ludibriados. A praxe, admitida pelas próprias vítimas, de que os resgates de aplicação eram feitos junto a SILVANE sem qualquer recibo de quitação configuraria mais um elemento indicativo da cumplicidade dos investidores na prática engendrada. A defesa ainda menciona que a não entrega de letras de câmbio aos clientes quando da suposta migração entre carteiras de investimento, a utilização de um escritório sem qualquer identificação da PORTOCRED por parte de SILVANE e o conhecimento das vítimas acerca dos códigos de identificação utilizados pela TOUR EXPORT seriam elementos representativo de sua ativa participação nos atos descritos pelo Ministério Público Federal. Como prova derradeira da cumplicidade existente entre as supostas "vítimas" e SILVANE, a defesa menciona a existência de diálogos telefônicos interceptados entre a corré e um de seus clientes, notadamente Ricardo A. Michelin. A interceptação telefônica revelaria, no entendimento do apelante, que RICARDO tinha plena ciência de que os recursos em questão estavam sendo indevidamente transferidos para o mercado paralelo de câmbio.

Frente ao quadro ora delineado, o apelante argumenta que os resgates de investimento em questão são atípicos em frente ao delito do art. 4º da Lei 7.492/86, notadamente gestão fraudulenta. Tendo em vista a ciência das supostas vítimas e sua direta participação no esquema, não haveria como sustentar qualquer espécie de engodo voltado a manter qualquer pessoa em erro.

Avança o recurso afirmando que há concurso aparente de normas entre os tipos do art. 4º e 5º da Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Nesse sentido, caso o acusado fosse condenado por ambas as condutas descritas na inicial, pondera-se que a punição somente poderia ocorrer pela apropriação indébita de recursos, porquanto a fraude configuraria mero expediente (instrumento) utilizado para consumir tal delito. Destarte, aplicável o princípio da especialidade ou,

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279661.V009





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

alternativamente, da consunção sobre o caso concreto. A condenação, caso mantida nos moldes da sentença de primeiro grau, implicaria *bis in idem* punitivo.

O aspecto da extensão temporal do delito de gestão fraudulenta também está inserido no objeto da apelação. Segundo o recorrente, não há nos autos qualquer elemento probatório indicando que saques não autorizados tenham sido realizados a partir de 28 de janeiro de 2005 até 12 de abril de 2007. A ausência de qualquer conduta fraudulenta, por consectário lógico, implicaria necessária absolvição dos réus para tal período.

Encaminhando-se para seu encerramento, o apelo passa a discutir as questões atinentes à dosimetria da pena realizada para o crime do art. 4º da Lei 7.492/86. Alega que a elevação da pena-base em 06 meses para cada uma das circunstâncias judiciais (art. 59 do CP) negativas mostra-se desproporcional e demasiada. Impugna a fundamentação utilizada pelo Juízo *a quo* para considerar a culpabilidade do agente elevada, porquanto violadora do princípio da presunção de inocência. Paralelamente, o fato de a conduta ter se protraído no tempo e ter induzido em erro investidores seriam elementos inerentes ao delito e, assim, inservíveis para negatização da vetorial "circunstâncias" do crime. Por fim, o fato da PORTOCRED ter suportado os prejuízos derivados da fraude configura consequência lógica dessa espécie delitiva, razão pela qual também não poderia ter o Juízo *a quo* elevado a pena-base sob tal linha argumentativa.

Quanto à segunda etapa da dosimetria da pena, pugna o recorrente pelo afastamento da agravante relativa ao papel de liderança exercido por JOSÉ ALEXANDRE. Entende o recorrente que não há provas no sentido de que recaia sobre si a responsabilidade de coordenação das condutas, mas que, pelo contrário, há elementos indicativos de que SILVANE foi a única responsável pela prática. A pena de multa também foi objeto de irresignação recursal, haja vista que o patamar estabelecido em sentença seria demasiadamente gravoso quando cotejado com as forças econômicas do apelante.

Em relação ao crime de apropriação indébita (art. 5º da Lei 7.492/86), argumentos similares são repetidos em relação à primeira e segunda etapa da dosimetria da pena. Não obstante, no que toca à regra da continuidade delitiva, afirma-se que o número reduzido de desvios atribuídos aos acusados implicaria elevação da sanção no patamar mínimo previsto pelo art. 71 do Código Penal, sob pena de excesso punitivo. Busca-se, ainda, a redução da pena de multa fixada pelo Juízo *a quo* e o afastamento do concurso formal entre os crimes debatidos.

6. *Apelo de JOÃO QUIRINO MEDEIROS GONÇALVES (evento 08).* O primeiro ponto trazido pelo apelante JOÃO diz respeito ao fato de não ostentar qualquer vínculo jurídico com a PORTOCRED S.A.. Desse modo, no entendimento do recorrente, seria inviável lhe atribuir qualquer responsabilidade pela gestão da instituição e, por conseguinte, pela prática do delito do art. 4º da Lei 7.492/86. Colaciona jurisprudência e traz considerações acerca da lei 7.492/86 com o intuito de robustecer sua tese.

Em relação à autoria do crime, sustenta que SILVANE DALA SANTA, consciente e voluntariamente, migrou parcela de seus clientes da PORTOCRED para o sistema informal da Tour Export. Com a derrocada da organização criminosa, SILVANE teria inventado a fantasiosa versão de que toda a responsabilidade penal recaía sobre JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI e JOÃO QUIRINO.





Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

7. *Parecer (evento 14)*. A Procuradoria Regional da República opinou pelo: (a) reconhecimento da extinção da punibilidade da ré SILVANE quanto ao crime do art. 5º da Lei 7.492/86, porquanto prescrita a pretensão punitiva com base na pena concretizada; (b) provimento do recurso da acusação para reduzir a pena de SILVANE, considerar o concurso material entre os crimes praticados por JOÃO QUIRINO e JOSÉ ALEXANDRE, bem como para elevar suas penas relativas ao crime de apropriação indébita por conta do número de ações praticadas em continuidade delitiva, e; (c) negar provimento aos apelos defensivos.

É o relatório.
Ao revisor.



Documento eletrônico assinado por **Desembargador Federal Leandro Paulsen, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **8279661v9** e, se solicitado, do código CRC **B41544EA**.

5017304-61.2013.4.04.7100



LVX©/LVX]

8279661.V009

